

SAÚDE INTEGRAL À POPULAÇÃO LGBT E HORMONIOTERAPIA PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA NA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

2. Gestão em Saúde



Autores:
Salette Monteiro Amador e Erica Nunes Gargantini

Contato:
saamador@prefeitura.sp.gov.br

Instituição:
Prefeitura de São Paulo
Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde - Centro

INTRODUÇÃO

A população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) enfrenta historicamente obstáculos no que concerne ao acesso aos serviços de saúde garantidos pela lei, decorrentes, sobretudo, pelo preconceito. A Constituição Brasileira se fundamenta na promoção do bem-estar de todos sem preconceito de sexo e qualquer forma de discriminação e a Lei Federal n.8080/1990, que descreve os princípios do SUS, assegura o direito à universalidade de acesso aos serviços de saúde, a integralidade e a igualdade da assistência à saúde sem preconceitos e privilégios. Mais especificamente, a Portaria nº 2836/2011, institui a Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços públicos de saúde, garantindo respeito às pessoas e resolução de suas demandas e necessidades.

Em razão da importância da garantia do acesso desta população, tão presente no território da região central da cidade, aos serviços públicos de saúde, a Coordenadoria Regional de Saúde Centro (CRS Centro) iniciou em 2015 o atendimento em saúde integral à população LGBT, bem como a oferta da hormonioterapia para as travestis e transexuais - pessoas que, por não se identificarem com seu sexo de nascimento, desejam fazer uso de hormônios que possibilitem sua transição sexual.

OBJETIVO

Relatar a experiência da CRS Centro na estruturação da rede de saúde integral à população LGBT, bem como da oferta de hormonioterapia para as travestis e transexuais.

METODOLOGIA

Este trabalho é classificado como relato de experiência, pois descreve a organização e facilitação do acesso à rede de serviços.

Destacam-se três eixos de atuação:

- 1) Qualificação dos profissionais de saúde e da rede de serviços para o acesso, acolhimento, atenção e cuidado integral à saúde da referida população;
- 2) Elaboração de protocolos clínicos, termos de consentimentos, fluxo internos de atendimento, referências e contra referências;
- 3) Organização do serviço de referência para Hormonioterapia, conforme a Portaria do Ministério da Saúde n. 2.803/13.

RESULTADOS

Inicialmente fizeram-se necessárias mudanças no processo de trabalho dos profissionais dos serviços de saúde com a sensibilização e conscientização das leis e dos direitos da população LGBT, inclusive as que versam sobre o direito ao uso do nome social e punem a violência e preconceito. Para isso, foram realizados encontros com os trabalhadores de saúde das 9 UBS's da região central da cidade, coordenados pela equipe do Centro de Cidadania LGBT do Arouche. Este trabalho refletiu positivamente na recepção/acolhimento aos usuários, ampliando o acesso deste público aos serviços de saúde. Pode-se citar, como exemplo, a redução do número de ouvidorias e o aumento de relatos favoráveis por parte dos usuários.

Com o apoio do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (CRT/SES) foram realizadas oficinas sobre saúde integral para esta população e hormonioterapia para os médicos, bem como foram definidos documentos protocolares.

Os fluxos, referências e contra-referências para a hormonioterapia foram definidos e organizados, com participação das equipes de saúde, bem como com equipe e beneficiários/as do Programa Transcidadania.

A UBS Dr. Humberto Pascale ampliou o seu trabalho de atenção integral em saúde e passou a ofertar a hormonioterapia para travestis e transexuais. Dessa forma, os hormônios foram comprados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e foi realizada capacitação de equipe multiprofissional - composta por médico generalista, endocrinologista, psicóloga, ginecologista, psiquiatra e enfermeiro.

Os profissionais de psicologia dos serviços de saúde de todas as regiões do município participam mensalmente de reuniões técnicas no CRT/SES, já que conforme a referida portaria têm um papel importante no processo transexualizador em hormonioterapia.

Foi organizado fluxo para a cirurgia de redesignação sexual, ordenada pelo Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (CRT/SES).

CONCLUSÃO

Este trabalho na rede de saúde possibilita que a população LGBT sintam-se acolhida e, portanto, motivada a cuidar de sua saúde, reconhecendo esses serviços como espaços de vínculo e referência. Assim, amplia-se e garante-se o acesso com reconhecimento de todos os gêneros, para além da heteronormatividade, promovendo a integralidade e a equidade, reduzindo assim, a exclusão dessa população.

A experiência da CRS Centro de São Paulo pode ser expandida para outras regiões da cidade, bem como para outros municípios do Brasil, promovendo saúde e garantindo os direitos de populações mais vulneráveis.